

Educação pública e popular se constrói com democracia e participação social

Não poderíamos iniciar este editorial sem fazer referência à *II Conferência Nacional Popular de Educação – CONAPE 2022*, realizada entre os dias 15 e 17 de julho, em Natal, Rio Grande do Norte. A etapa nacional ocorreu após dois anos de debates, em conferências municipais, regionais, intermunicipais, estaduais e distrital, mobilizadas pelo Fórum Nacional Popular de Educação – FNPE, contando com amplos setores da sociedade brasileira. Ao ser encerrada, a Conferência foi significativamente denominada pelos/as seus/suas participantes de *Conape da Esperança*. No evento, foi aprovada a *Carta de Natal*, publicada nesta edição da *Retratos da Escola*, e ratificado o documento final, intitulado *Reconstruir o País: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as/es* (publicado no site da CNTE). A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação – CNTE teve presença marcante na organização e nos debates, marcados pela busca da reconstrução do nosso país.

O momento em que vivemos, com a grave situação de desmantelamento no plano político, econômico, social, cultural e educacional do país, começou a ser definido com o golpe de Estado de 2016, no governo de Michel Temer, se agravando no atual desgoverno, eleito em 2018. Não por acaso, a reforma do ensino médio – que podemos denominar de contrar-reforma – teve seus contornos definidos nos três primeiros meses após esse golpe. De início, a Portaria n. 1.145, de 10 de outubro de 2016, instituiu o *Programa de Fomento à Implementação do Ensino Médio em Tempo Integral*. Dias depois, a portaria foi transformada em Medida Provisória para fomentar a implantação do programa (MP 746/16) e tornou-se lei em 16 de fevereiro de 2017 (Lei n.13.415).

O dossiê que publicamos nesta edição (v.16, n.35), *A implementação do Novo Ensino Médio nos estados*, completa uma tríade iniciada com outros dois: *A reforma do Ensino Médio em questão* (v.11, n.20, 2017) e *O que esperar do Novo Ensino Médio?* (v.16, n.34, 2022). Com essas publicações, revela-se, cada vez mais, uma potente e justificada crítica, pela não aceitação da legislação que impõe o chamado Novo Ensino Médio – NEM. Como introdução à temática, a Seção Entrevista apresenta o significativo trabalho realizado pela professora Márcia Aparecida Jacomini, sob o título *Novo Ensino Médio na prática: a implementação da reforma na maior rede*

de ensino básico do país. As diretoras entrevistadas são gestoras de diferentes escolas da rede estadual de ensino de São Paulo, e seus ricos depoimentos revelam os problemas vivenciados no processo de implantação desse Novo Ensino Médio nos seus locais de trabalho.

Organizado com muito empenho e sensibilidade pelo professor Fernando Cássio, da Universidade Federal do ABC, e pela Professora Débora Cristina Goulart, da Universidade Federal de São Paulo, o dossiê inicia-se com *A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem*, título por si emblemático. Os organizadores partem da constatação de que os 11 artigos apresentados, todos frutos de recentes pesquisas, indicam elementos comuns nos diferentes estados da federação: o primeiro elemento é a limitação da participação de sujeitos e comunidades escolares na elaboração dos conteúdos do NEM; o segundo é a presença do número considerável de atores privados, especialmente de fundações e institutos empresariais, em todas as etapas da implementação do NEM; o terceiro elemento comum é o efeito indutor de desigualdades do NEM, como já previsto por inúmeros/as especialistas em educação, desde a edição da MP 746/2016. A confirmação final – a qual, se não fosse trágica, seria cômica – é a de que a sigla ‘NEM’ não poderia ser mais adequada para representar essa reforma: “o NEM vai se revelando um ensino médio que nem fornece uma formação geral sólida – pois retira conteúdos e coloca pouco ou nada no lugar – e nem forma para o mundo do trabalho – pois oferece um arremedo de ‘qualificação profissional’”, que, segundo os/as autores/as, está “muito aquém (em quantidade e qualidade) da Educação Profissional e Tecnológica ofertada nas escolas técnicas estaduais e no sistema federal, cujo acesso continuará restrito a poucos/as”.

A seção Resenha nos oportuniza uma síntese comentada de duas obras recentes e importantes para os debates atuais da educação pública. A primeira, em diálogo direto com o dossiê, *Uma contrarreforma educacional a serviço do capital e sob a égide do neoliberalismo*, é a resenha da professora Márcia Aparecida Jacomini sobre a obra *A Reforma do Ensino Médio em São Paulo: a continuidade do projeto neoliberal*, e-book publicado em 2022 e organizado por duas ilustres educadoras: as professoras Nora Krawczyk e Dirce Zan. Na segunda resenha, *Os novos contornos da precarização: a pandemia da COVID-19 e os sucessivos ataques ao trabalho docente*, de autoria da professora Lorena Lins Damasceno, contamos com a apreciação do livro *Trabalho docente sob fogo cruzado – Volume II*, publicado em 2021. A coletânea de textos (compreendendo artigos, ensaios e entrevistas) que dá sequência ao primeiro volume da mesma obra, lançado em 2018, trata dos novos contornos da precarização trazidos pela pandemia e os sucessivos ataques ao trabalho docente. O livro foi organizado por Cláudia Affonso, Claudio Fernandes, Gaudêncio Frigotto, Jonas Magalhães, Valéria Moreira e Vera Nepomuceno, que contaram com a colaboração de 43 professores/as-autores/as de diferentes locais, gerações, níveis e esferas de atuação.

O Espaço Aberto deste número apresenta quatro artigos. Marina Lara Rodrigues e Patrícia Unger Raphael Bataglia trazem o texto *Desenvolvimento Moral no Ambiente Escolar*, no qual elaboram uma revisão de literatura abrangente sobre o desenvolvimento moral de crianças e adolescentes no ambiente escolar. Em *Formação Continuada: desafios e contribuições*

para a prática docente, Francisca Edilma B. S. Aureliano e Luiz Carlos da C. Silva Júnior discorrem sobre a formação continuada do Pacto Nacional de Alfabetização na Idade Certa – PNAIC e a aprendizagem das docentes cursistas. Dhyovana Guerra, Amanda M. Gonçalves, Simone Sandri e Ireni Marilene Z. Figueiredo, em *Argumentos do Banco Mundial sobre a crise de aprendizagem*, analisam como a noção de crise de aprendizagem anunciada pelo Banco Mundial – BM (2018) sustenta a resignificação e a intensificação das recentes reformas educacionais brasileiras. Por fim, *Discursos subversivos: quando o possível habita o currículo escolar*, de Danilo Araújo de Oliveira e Anderson Ferrari, analisa os processos de (re)produção de sujeitos genericados/as em uma escola pública de educação básica em Aracaju – SE.

Na seção Relatos de Experiências, contamos com duas contribuições. Bruna M. Duarte, Rhuan Guilherme T. Ribeiro e Rosimara A. Mello, no texto *Tecendo os caminhos da seda: resgate histórico e cultural da produção de casulo de seda*, trazem o relato de uma inspiradora atividade pedagógica sobre o resgate histórico da produção do casulo de seda em Nova Esperança – PR, que teve como resultado a elaboração de um documentário pelos/as estudantes e sua apresentação à comunidade. Em *Conversando com Tarsila: relato de uma experiência interdisciplinar*, Mariana Luzia C. Thesing, Elisângela M. Trombetta e Mara S. de Freitas apresentam uma experiência de trabalho interdisciplinar realizada com três turmas de terceiros anos do ensino fundamental do Colégio de Aplicação da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. A intervenção consistiu em incentivar os/as estudantes a observarem e escreverem sobre si e seus cenários cotidianos, relacionando-os com os saberes produzidos pelas diferentes disciplinas envolvidas na prática pedagógica.

Para fechar esta edição, publicamos dois documentos de suma importância para os atuais debates políticos e educacionais do Brasil: a *Carta Aberta pela revogação da reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017)* – assinada por mais de 250 associações, sindicatos, fóruns e outros grupos do campo educacional no país – reforça a posição de luta, já colocada pelo dossiê, pela revogação desta reforma irreformável; e a *Carta de Natal – CONAPE da Esperança*, que elenca 35 pontos em defesa da democracia, dos direitos sociais, da educação, da vida e da soberania popular.

Sublinhamos também nosso agradecimento aos/as promotores/as da terceira edição do CONEPed – Congresso Nacional de Editores de Periódicos de Educação, coordenado pelo Fórum de Editores de Periódicos da Área de Educação – FEPAE, vinculado à Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação – ANPEd, pelo excelente encontro realizado entre os dias 16 e 18 de agosto, na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em Natal. A *Retratos da Escola*, com a finalidade de aprimorar-se e manter-se atualizada, esteve presente no evento.

Desejamos uma boa leitura a todas, todos e todes, sem medo de sermos felizes!

Comitê Editorial